



# Clipping Nacional

de

# EDUCAÇÃO

Brasília, 23 de Outubro de 2019

## Aprovados R\$ 146 bilhões para educação básica no PPA

A Comissão de Educação e Cultura (CE) aprovou ontem emendas ao projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2020 (PLN 22/2019) e ao Plano Plurianual (PPA) 2020-2023 (PLN 21/2019).

Para o PPA, o colegiado aprovou emenda de Fabiano Contarato (Rede-ES) que amplia o volume de recursos para a educação básica, de R\$ 93,4 bilhões para R\$ 146 bilhões. Outra emenda aprovada, de Randolfe Rodrigues (Rede-AP), amplia em 45,45% a meta relacionada ao número de projetos que serão fomentados em programa de incentivo à cultura.

Para o Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2020, o colegiado aprovou duas emendas no valor de R\$ 500

milhões, uma destinada a instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e outra à aquisição de veículos para transporte na educação básica.

Izalci Lucas (PSDB-DF), relator da área de educação no Orçamento, defendeu a aprovação de emendas em apoio a programas de formação de professores de nível superior. Segundo ele, as bolsas da Capes sofreram um corte de R\$ 1,62 bilhão.

O relator, senador Esperidião Amin (PP-SC) não atendeu ao pedido, lembrando que a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados já aprovou emenda para o Orçamento de 2020 destinando recursos para a Capes.

## Contas melhores

Perto do final de um ano em que severas restrições orçamentárias se misturaram a conflitos políticos, o governo Jair Bolsonaro (PSL) pode apresentar progressos no ajuste das contas do Tesouro Nacional.

Nem de longe se eliminou o desequilíbrio entre as despesas da máquina pública e as receitas, como havia prometido, sem nenhum conhecimento de causa, o ministro Paulo Guedes, da Economia. Mas o déficit tende, de fato, a ficar substancialmente abaixo do previsto.

Em vez dos R\$ 139 bilhões fixados como meta para a administração federal, trabalha-se agora com valores abaixo dos R\$ 100 bilhões. De cerca de R\$ 33 bilhões em gastos bloqueados por falta de arrecadação, quase a metade já foi liberada.

De imediato, a relativa melhora reduz pressões sobre o Executivo. Há mais recursos para as demandas de parlamentares; graças a remanejamentos, o MEC recompôs as verbas das universidades federais —cujo contingenciamento, acompanhado de declarações hostis, motivou protestos de rua contra a gestão Bolsonaro.

Entretanto os resultados menos ruins não asseguram alguma folga no caixa nos próximos anos. Eles se devem, basicamente, à expectativa de receitas extraordinárias com leilões de petróleo. Não será possível, portanto, contar com novos ganhos dessa natureza.

Há, de todo modo, uma perspectiva mais favorável para a evolução da dívida pública —quanto menor o déficit orçamentário, menor o crescimento da dívida, que se aproxima do equivalente a 80% do Produto Interno Bruto.

Mais importante, a queda dos juros vem reduzindo as despesas financeiras do governo, que andaram na casa de 7% do PIB e hoje estão pouco acima dos 4%.

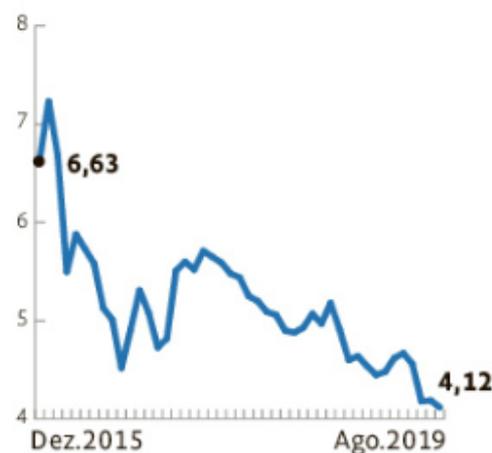
Ainda assim, estabilizar o endividamento levará tempo. Nos cálculos da Instituição Fiscal Independente, vinculada ao Senado, isso não acontecerá muito antes de meados da próxima década.

Até lá, os gastos devem permanecer sob rígido controle, até que o crescimento da economia e da arrecadação tributária equilibrem gradualmente as contas.

A melhor maneira de mitigar os sacrifícios no período será conter despesas obrigatórias, em especial com aposentadorias e salários elevados, de modo a abrir espaço para educação básica, saúde, assistência e outras prioridades.

### Gasto federal com juros cai

Em 12 meses, % do PIB



Fonte: Banco Central

## Avaliação de pós passará a incluir impacto social e interação regional

O novo sistema de avaliação de pós-graduação no Brasil vai ampliar a análise de indicadores e passará a focar fatores como impacto social, interação com o setor produtivo regional e a vocação de cada programa. A própria escala de notas atribuída aos cursos deve ser alterada.

O governo Jair Bolsonaro (PSL) planeja ter o novo modelo até o fim de 2020, para que a implementação ocorra no próximo ciclo de avaliação, que começa em 2021 — o ciclo é realizado a cada quatro anos, com acompanhamentos periódicos.

A avaliação dos cursos de pós-graduação —mestrado e doutorado— é de responsabilidade da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), autarquia ligada ao MEC (Ministério da Educação).

As discussões do novo modelo começaram oficialmente em 2017, ainda no governo Michel Temer

(MDB).

Os programas de pesquisa recebem notas com base no desempenho em indicadores, mas as informações de pesquisa (como quantidade de artigos e citações) têm maior protagonismo. Outros aspectos, como impacto social, carecem de indicadores e ficam sem peso na avaliação final.

O objetivo da reformulação é, segundo a Capes, garantir um acompanhamento que reflita um panorama mais amplo dos pontos fortes e áreas em que há necessidade de melhoria de cada programa.

O presidente da Capes, Anderson Ribeiro Correia, diz que a chamada análise multidimensional também servirá para induzir pesquisas de maior impacto científico, social e econômico.

"Com a avaliação, vamos incentivar que a pesquisa tenha maior impacto na sociedade, na indústria, estaremos em busca de uma pesquisa

mais relevante", diz Correia.

O novo sistema trará indicadores em cinco dimensões: transferência de conhecimento, internacionalização, impacto na sociedade, formação e pesquisa.

A Capes ainda analisa quais serão os indicadores de cada dimensão, mas devem compor esse sistema, por exemplo, informações de pesquisas com engajamento regional, evolução salarial do egresso, criação de empresas e projetos de extensão universitária.

"A gente quer que a universidade cumpra sua vocação regional e os indicadores vão medir [esse impacto]", diz.

O próprio sistema de notas será alterado. Em vez de ter um conceito único por programa, haverá uma nota para cada uma das cinco dimensões.

Atualmente, a escala de notas vai de 1 a 7. Para funcionar, programas precisam receber conceito mínimo 3.





Essa avaliação norteia a priorização de concessão de bolsas e também a autorização de funcionamento dos cursos.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, tem feito críticas à qualidade da pesquisa brasileira, que, segundo ele, teria baixo impacto.

A Capes passou neste ano por um corte que atingiu 8% das bolsas de pesquisa por causa de bloqueios de orçamento. A maior parte dos cortes atingiu programas nota 3.

O governo ainda planeja uma fusão da Capes com o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), outra agência de apoio à pesquisa ligada ao Ministério da Ciência.

O país tem 4.591 cursos de pós-graduação. Um terço tem nota 3, metade deles recebe notas 4 e 5, e 11%, 6 e 7.

Essa escala de notas deve ser alterada. Estuda-se uma escala que vá até 5.

Informações sobre pesquisa e formação continuarão, entretanto, como primordiais: um desempenho mínimo nesses quesitos deve permanecer como parâmetro de autorização de funcionamento.

Os cursos deverão ter bons indicadores em todas as dimensões, mas haverá um olhar diversificado para cada área.

Um curso de filosofia não terá, naturalmente, necessidade de transferir tecnologia. Por outro lado, um mestrado profissional que não tiver bons indicadores de relação com o mercado pode ser descredenciado, segundo exemplos do presidente da Capes.

Parte desses aspectos não é ignorada na avaliação atual, mas, segundo a Capes, não ganha destaque pela falta de indicadores definidos.

"Hoje, o impacto social tem visibilidade menor pela falta de indicadores claros", diz a diretora de Avaliação da Capes, Sônia Bão.

Análises internas da Capes mostram que há programas que poderão ter notas reduzidas, como alguns considerados de excelência internacional (6 e 7) mas que não registram indicadores de internacionalização consistentes.

Por outro lado, pós-graduações que tenham bons resultados de inovação poderão ter seu trabalho mais evidenciado.

A cientista Helena Nader, presidente de honra da SBPC

(Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), avalia como positiva a proposta, mas ressalta alguns riscos em relação à definição de indicadores.

"Meu medo é banalizar. Tem de ter critérios muito claros, e, antes de pôr em prática, simular para entender o impacto", diz ela, que também diz estar preocupada para que o novo modelo não desprestige a pesquisa básica. "Há uma dificuldade com patentes, porque demora dez anos para aprovarem."

"O grande desafio é que a evolução do modelo ocorra sem sustos, sem causar descontinuidade no processo avaliativo", afirma o professor Jorge Audy, da PUC-RS, que preside a Comissão Nacional de Acompanhamento do Plano Nacional de Pós-Graduação, que trabalha nas discussões.

Mais de 80% dos programas funcionam em instituições públicas, apesar de, na graduação, 75% dos alunos estarem em particulares.

O presidente da Capes diz que o novo modelo deve beneficiar os dois lados: vai incentivar as públicas a buscarem recursos e parcerias com a iniciativa privada e valorizar as privadas que têm maior facilidade de fazerem isso.





## As mudanças na avaliação da pós-graduação

### Modelo atual

- 1 Formação
- 2 Pesquisa

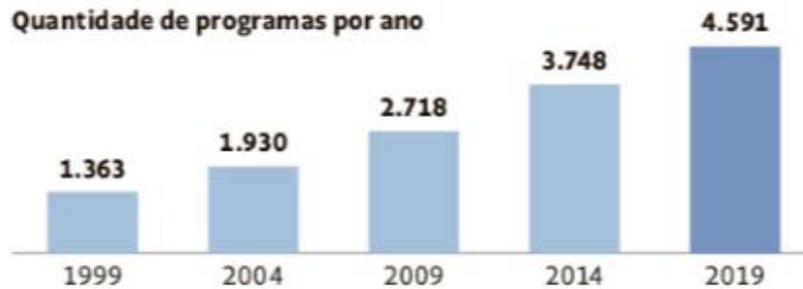
Avaliação integrada atribui uma nota para cada programa, em uma escala de 1 a 7

### Dimensões do novo modelo

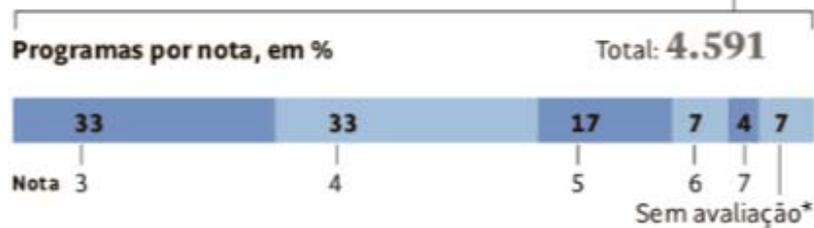
- 1 Formação
- 2 Pesquisa
- 3 Transferência de conhecimento
- 4 Internacionalização  
Impacto na sociedade

Cada dimensão deve ter nota de 1 a 5

### Quantidade de programas por ano



### Programas por nota, em %



### Programas por natureza administrativa, em %



### Avaliação multidimensional

É inspirada no U-Multirank, ranking criado por um consórcio de centros de estudos da Alemanha e Holanda, em 2014

\*Novos programas aprovados após a avaliação quadrienal e que terão sua nota confirmada na próxima avaliação. Fontes: Capes

## MEC faz evento sobre alfabetização, mas não detalha verba

**BRASÍLIA** Mais de seis meses após a publicação de um decreto que instituiu uma nova política de alfabetização, o governo Jair Bolsonaro (PSL) iniciou nesta terça-feira (22) uma conferência com palestras e debates sobre o tema. Não há até agora, no entanto, definição sobre como será a implementação nas redes de ensino e qual será o orçamento.

O evento ocorre até sexta-feira (25) com mais de 50 palestrantes nacionais e internacionais. Não há a previsão de participação, por exemplo, da Undime, organização que reúne os secretários municipais de Educação.

As redes municipais concentram 69% dos alunos de educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, foco da nova política. A alfabetização foi alçada a prioridade pelo governo Bolsonaro, mas até agora as redes de ensino não sabem o que será feito pelo governo federal.

A avaliação do presidente da Undime, Luiz Miguel Garcia, é que falta diálogo e não haverá viabilidade para implementação no próximo ano. "Há um holofote na questão da alfabetização, pode ser interessante, mas sinto falta desse diálogo na construção da nova política. A Undime foi ouvida uma única vez", diz ele, que não foi citado na abertura do evento.

O sucesso da política esbarra, segundo especialistas, no perfil dos cursos de formação dos professores, considerado deficiente, e no desafio de chegar às escolas, ligadas às redes municipais e estaduais.

Apesar de não definir um cronograma, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse que a política chegará às salas de aula em 2020. O orçamento não foi definido mas, segundo ele, será o suficiente para bater as metas — as quais não especificou.

**Estudos** A compra da Adtalem pela Yduqs, nesta segunda-feira (21), mostra que o mercado de educação retomou de vez o processo de consolidação que perdeu fôlego após o fracasso da tentativa de compra da Estácio pela Kroton há três anos.

**Aula** Neste ano, a Ânima comprou a UniAges, a Cruzeiro do Sul levou a Braz Cubas e a Arco ficou com o sistema de ensino do Positivo. No médio prazo, investidores sentem interesse pela Laureate.

**À venda** William Klein, da Hoper Educação, diz que seu portfólio de instituições à venda está no maior patamar já registrado na empresa. São escolas de até 10 mil alunos.

## O drama de muitos jovens

É cada vez mais frequente deparar-se em São Paulo com ciclistas levando uma caixa térmica de 45 litros nas costas. São pessoas realizando o serviço de entrega para algum aplicativo, como Rappi, iFood e UberEats. Os números referentes a essa atividade impressionam. Só na capital paulista há cerca de 30 mil cadastros de entregadores de bicicleta nessas empresas de entrega.

Essa nova cena urbana revela não apenas demanda por comida em casa. Ou que a tecnologia proporciona facilidades no dia a dia do paulistano. Ela é também um sinal, entre outros, de um mercado de trabalho frágil, especialmente no que se refere aos jovens. Entre os entregadores de bicicleta, 75% têm entre 18 e 27 anos. “Uma crise tão prolongada deixa cicatrizes, e o desemprego entre os jovens talvez seja a maior delas”, disse Eduardo Zylberstajn, do departamento de pesquisa e inovação da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

Os dados do desemprego entre os jovens são preocupantes. Na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua relativa ao segundo trimestre, a faixa etária de 18 a 27 anos é a que mais sofre com a falta de trabalho. O desemprego atinge 5,15 milhões de brasileiros dessa idade, o que representa uma taxa de desemprego de 22,5%. Esse número está 10,5 pontos percentuais acima da taxa de desemprego verificada entre a população de todas as idades. Há cinco anos tal diferença era de 6 pontos percentuais.

Segundo a Pnad, 17,7 milhões de pessoas entre 18 e 27 anos estão ocupadas, das quais 7,3 milhões vivem de bicos ou sem carteira assinada. Entre os trabalhadores informais, estão os entregadores de bicicleta. A Associação Brasileira do Setor de Bicicletas realizou, em parceria com o Instituto Multiplicidade e o Laboratório de Mobilidade Urbana da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), um estudo sobre o perfil desse trabalho. Com uma dedicação média de 12 horas por dia, os entregadores obtêm uma renda média líquida de R\$ 936 por mês.

Mais da metade dos ciclistas de aplicativo (60%) trabalha todos os dias da semana, sem folgas. “A gente não descansa”, disse Samuel Marques, que mora no Capão Redondo e trabalha com entregas de bicicleta na Vila Olímpia. “Não me lembro da minha última folga desde que comecei a trabalhar com isso, um ano atrás. Todas as vezes que sento para assistir à televisão em casa, penso que poderia estar pedalando e fazendo algum dinheiro”, disse ao Estado.

Além de refletir as agruras do mercado de trabalho, essa dedicação estafante a um trabalho informal é também sintoma de uma formação profissional deficitária. Por falta de educação formal minimamente satisfatória, parte considerável da população jovem não tem condições de realizar trabalhos mais qualificados, que possam proporcionar maior renda e melhor futuro. Talvez aí esteja o maior drama: a falta de perspectiva profissional para tantos jovens.

Diante de um país que dedica volumosos recursos à educação, é frustrante ver as novas gerações tendo que subsistir à base de pedaladas. É a troca de força física por algum dinheiro. Em vez de avançar, a impressão é de um profundo retrocesso social, com jovens vivendo de forma precária e vulnerável. Apesar de toda a tecnologia envolvida na sua atividade, não estão no século 21. Suas condições de vida estão com dois a três séculos de atraso.

Seria enganoso responsabilizar os aplicativos pela precariedade da situação de tantos jovens. “Sempre haverá um tipo de trabalho para quem está nas franjas da economia. Esse seria o caso do emprego para os trabalhadores ciclistas”, disse Clemente Ganz Lúcio, diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Há um problema social gravíssimo quando o País não consegue formar adequadamente as novas gerações, impondo-lhes um início de vida adulta nos limites da sobrevivência. É urgente adotar medidas para aquecer o mercado de trabalho. É urgentíssimo dar um novo horizonte educacional e profissional a todos os jovens.

## CRISE » Drama educacional e financeiro



Na sexta-feira, pais se manifestaram em frente a unidades do colégio

Alunos da Rede Alub vivem com futuro indefinido, cercados de cobranças e a poucas semanas de provas finais e vestibulares

» ALAN RIOS

» Colaborou Ana Maria da Silva

O futuro de cerca de dez mil alunos matriculados na Rede Alub do Distrito Federal está indefinido, devido à crise da instituição. As portas das 14 unidades do colégio no DF seguem fechadas há uma semana, situação que deixa estudantes sem aulas justamente na reta decisiva do período escolar, com vestibulares e provas finais, e pais e

responsáveis lesados financeiramente. A situação agravou-se com mais uma operação da Polícia Federal que mirou o empresário Arthur Pinheiro Machado, dono da rede. Ele, que chegou a ser preso em uma das fases da Lava-Jato no ano passado, foi alvo da Operação Grand Bazaar na última segunda-feira e teve contas bancárias bloqueadas. Com toda essa crise, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) articula hoje uma reunião com as partes envolvidas.

Previsto na Constituição Federal, o direito à educação é básico, mas

não vem sendo aplicado a muitos jovens que estão sem aulas e perspectivas. Gustavo Rodrigues, 18 anos, está a duas semanas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e não tem aulas, como contou o pai. “É um período de provas importantes, e ele está sem auxílio para estudar. Chega a ser incalculável o prejuízo, porque é como se o trabalho de um ano inteiro tivesse sido jogado fora”, lamenta Agnaldo Rodrigues, 47, autônomo. O lado financeiro também pesa muito, principalmente para pais como ele, que ainda estão pagando mensalidades pelo cartão de crédito. “Agora vou ter de pagar duas mensalidades de duas escolas. Tenho três parcelas para vencer e não sei o que fazer para cancelar, ninguém me dá auxílio.”

O filho de Camila Flavya Ferreira Borges, 38, só conseguiu voltar às aulas nesta semana, mas a mãe teve de recorrer a outra instituição. “Ele está no segundo ano do ensino médio e vai prestar o Programa de Avaliação Seriada (PAS), então foi muito difícil parar tudo de uma vez. Tive que sair do meu trabalho durante dois dias só para resolver a situação e matriculá-lo em outro colégio, mas lá funciona de forma diferente. O conteúdo é outro, tem sistema bimestral e não trimestral, como era no Alub, e ele já entrou em um período de provas, então provavelmente deve ficar de recuperação”, detalhou a gestora.





Segundo Camila, o Alub sempre prometeu que resolveria os problemas, mas nunca assumiu a situação. “Tanto é que não queriam dar a documentação dos alunos. Nada está resolvido por conta dessa questão da rescisão. Uma das coisas que mais nos preocupa é a questão do histórico escolar deste ano.”

#### Reunião com MP

O Ministério Público aguarda hoje, às 15h, responsáveis pelo Alub para procurar soluções. “Neste primeiro momento, o objetivo é resguardar a educação dos alunos, para que eles não percam o ano letivo. Estamos trabalhando na questão da transferência deles, para a rede pública ou para a particular”, explicou a promotora de Justiça Cátia Vergara.

A reunião ocorre na Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e Juventude, na 711/911 Norte, e conta com a presença da Secretaria de Educação, do DF Legal, do Procon e da Comissão de Educação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

O encontro será aberto aos pais e responsáveis. “Posteriormente, aqui no MP, vamos tratar das questões relacionadas ao consumo, como a quebra de contrato e os danos materiais e morais dos responsáveis. E o Ministério Público do Trabalho está trabalhando em relação ao pagamento dos professores e funcionários”, finalizou Cátia.

#### **Modernismo é dica de artes e literatura**

A live de ontem do Especial Enem do Correio tratou de literatura e artes visuais na prova de linguagens, que será aplicada em 3 de novembro. A dica dos convidados, os professores do Colégio Sigma Rosimar Barbosa (literatura e português) e Margarete Lopes (artes), é estudar o modernismo brasileiro, escola que une vanguarda e identidade nacional. “Ele se deu a partir de mudança radical de conjuntura a fim de despertar a realidade brasileira e buscar uma identidade nacional”, disse. “É um movimento que nasce a

partir dos fatores políticos do século 20, bem como a industrialização e urbanização das cidades”, acrescentou Rosimar.

#### O que fazer

O advogado Hugo Sarubbi Cysneiros dá dicas aos pais e responsáveis que enfrentam transtornos:

» Os representantes dos alunos devem formalizar todas as tentativas deontato e acesso ao estabelecimento, os pedidos de satisfaçãosobre o que tem ocorrido, as solicitações dos históricos.

» É importante também oficializar a situação no Instituto de Defesa do Consumidor (Procon) e na Secretaria de Educação.

» Já há diversas escolas dispostas a receber os estudantes e que, por uma estratégia comercial, não cobrarão pela matrícula.

» Eventual demanda indenizatória contra o Alub deverá ser analisada como uma outra frente de atuação.

## Greve de professores **Ex-alunos do Alub trocam de escola às pressas**

**Estudantes fazem novas matrículas  
para evitar atraso no conteúdo.  
Colégios oferecem vários benefícios**

**PEDRO MARRA**  
redacao@grupojbr.com

**A** greve de professores da Rede Alub por salários atrasados desde o início do mês levou as seis unidades da escola a fecharem as portas no Distrito Federal. Os alunos, com conteúdo atrasado, sofrem sem aulas. Alguns pais já inscreveram os filhos em outras instituições que oferecem diferentes tipos de matrícula de ensino escolar.

Promotorias de Justiça de Defesa da Educação (Proeduc) e do Consumidor (Prodecon) requisitaram informações à Secretaria de Educação do DF (SEE-DF), à mantenedora da Rede Alub e ao Procon. Os dois órgãos farão uma reunião hoje para garantir os direitos educacionais dos estudantes.

O encontro está marcado para as 15h, na Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e Juventude (SEPN 711/911). A reunião é aberta aos pais e responsáveis dos alunos, com a presença de representantes da Rede Alub, Secretaria de Educação, DF Legal, Procon e da Comissão de Educação da OAB.

### **Dono preso**

O dono da rede de ensino, Arthur Mário Pinheiro Machado foi alvo na segunda-feira (21) da operação Grand Bazaar, da Polícia Federal, apura fraudes em fundos de pensão.

Em 2018, Arthur foi preso por lavagem de dinheiro, evasão de divisas e corrupção por meio de fraudes que geraram prejuízos a fundos de pensão do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), dos Correios e do Serpros e Postalís – duas entidades fechadas de Previdência Complementar.

Vale lembrar que pais fizeram protesto na última sexta (18) em frente à unidade de Taguatinga.

### **Nota de paralisação**

A Rede Alub de Educação publicou nota sobre a situação no último dia 15 deste mês. "Senhores pais, informamos que amanhã não haverá aula na Rede Alub. Essa medida é para garantir a segurança do seu filho diante da prerrogativa de paralisação. Estamos com muitas informações desconhecidas em diversos grupos e veículos digitais. Diante disso, iremos nos reunir com o sindicato dos professores e com os próprios professores para discutirmos o término do semestre letivo e regularização dos salários."

Em um segundo momento, o Ministério Público atuará na defesa dos consumidores, levando em consideração os prejuízos originados do descumprimento dos contratos de prestação de serviços educacionais. Os mesmos firmados entre os consumidores e a rede de ensino em questão.





## SAIBA MAIS

- » O credenciamento do Colégio Alub Asa Norte junto ao Conselho de Educação do Distrito Federal (CEDF) estava vencido desde o início de 2019. A renovação não ocorreu porque a escola mudou de endereço e passou a ofertar aulas para alunos da pré-escola (crianças de 4 e 5 anos) sem autorização prévia da Secretaria de Educação. Algumas irregularidades foram encontradas em vistoria feita pela pasta. Foram constatados problemas de acessibilidade, organização inadequada de documentos e funcionamento de academia terceirizada com entrada exclusivamente pelas dependências da escola.
- » “O principal objetivo do Ministério Público é assegurar que os 3.200 estudantes das seis escolas da Rede Alub consigam encerrar o ano letivo, adotando medidas para viabilizar as transferências para instituições credenciadas da rede pública e particular e assegurar o recolhimento do acervo escolar”, diz a promotora de Justiça Cátia Vergara.

## Pais buscam novas matrículas para filhos

O advogado Titus Livius, 44 anos, matriculou o filho, Caio Senna, 15 anos, no Colégio Projeção, unidade do Guará II. No sábado (19), ele fez a matrícula do filho na nova escola, em que ele já retomou os estudos na última segunda-feira (21).

Aluno do 1º ano do Ensino Médio, o jovem entrou no Alub do Guará I em janeiro deste ano. À época, os pais do jovem fecharam um pacote anual à vista com desconto na mensalidade por acharem mais vantajoso. Originalmente, o valor ficaria em torno de R\$ 900 mensais, mas o acordo ficou em cerca de R\$ 800 por mês.

“Na semana do dias dos professores, ele não teria aula até quarta-feira (2). Na terça, ele recebeu uma mensagem que na quinta e sexta (3 e 4/10) também não haveria aula. Havia um certo nervosismo. Os professores comentavam que não recebiam salários. Outubro praticamente não teve aula”, descreve.

Agora, os pais de Caio pagam uma mensalidade maior no Projeção: R\$ 920 reais por mês. “O material escolar não será necessário, mas o uniforme sim. Na questão de logística, meu filho ia e voltava a pé da escola em cinco minutos. Agora temos de sair do Guará I para o II.

Estamos fazendo revezamento de carona com a mãe de outro aluno”, relata ele, que pretende entrar na justiça contra o Alub.

“Já comecei a juntar documentação e fazer a cópia do contrato para demonstrar que foi paga a taxa anual. Mas vamos ter de pagar os meses de novembro e dezembro.”

Sofia Gutierrez Oliveira, de 14 anos, é outra ex-aluna do Alub. Estudante do 9º ano do Ensino Fundamental II, agora ela estuda no Colégio Objetivo, do Pistão Sul. A mãe da jovem, Erilda Oliveira Gutierrez, 55 anos, pagou mais de R\$ 600 nas mensalidades de novembro e dezembro, o mesmo valor que era cobrado no Alub. Para ficar isenta de outubro, ela já teve que fazer a matrícula de 2020.

“O maior comentário em relação aos filhos é o trauma. Porque os amigos se espalharam. A questão do afastamento das amizades. Porque no Objetivo, ela tem a melhor amiga por lá, então amenizou o efeito. O maior prejuízo esse, de uma ruptura muito rápida e inesperada. A minha filha estuda no Alub desde o 3º ano do Fundamental I. Então não é só uma questão financeira que foi prejudicada, é a pedagógica”, afirma a mãe, Erilda Gutierrez Oliveira.



### **“Quero botar a polícia dentro da UnB”, diz ministro à reitora**

Vicente Nunes

Não tem sido fácil a convivência entre a reitora da Universidade de Brasília, Márcia Abrahão, e o ministro da Educação, Abraham Weintraub.

Em um dos encontros entre os dois, o ministro encarou Márcia e foi enfático: “Quero botar a polícia dentro da UnB”. A frase foi repetida em tom forte algumas outras vezes.

Na avaliação do ministro, a bagunça corre solta dentro da Universidade de Brasília. Portanto, segundo ele, o único jeito de conter “a farrá” dos estudantes é substituir os vigilantes contratados por policiais militares.

Weintraub insiste que a UnB e as universidades federais estão infestadas de maconheiros e comunistas. Para ele, é preciso conter essas ameaças.

A forma enfática com que o ministro se dirigiu à reitora da UnB teve como testemunha o deputado professor Israel Batista (PV-DF). Ele diz ter ficado impressionado com o tom usado por Weintraub.

Apesar da disposição do ministro em colocar policiais dentro da UnB, a posição da reitora tem prevalecido.



## MEC pretende começar a implementar política de alfabetização em 2020

Por Mariana Tokarnia -  
Repórter da Agência Brasil  
Brasília

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse hoje (22) que pretende começar a implementar a Política Nacional de Alfabetização (PNA) em 2020. “A gente quer começar [a implementar] ano que vem. Assim que as crianças voltarem às aulas, elas vão ter uma surpresa”, disse à imprensa.

Hoje (22) teve início, em Brasília a 1ª Conferência Nacional de Alfabetização Baseada em Evidência (Conabe), que reúne especialistas, autoridades e professores. O evento, que segue até sexta-feira (25), servirá de subsídio para a elaboração do chamado Relatório Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências que, por sua vez, servirá de base para a nova política do governo.

A PNA foi lançada em abril deste ano. Era uma das metas estipuladas para os 100 primeiros dias do governo Bolsonaro. A Conabe é, segundo o MEC, um dos passos para tirar a política do papel. “A Secretaria [de Alfabetização] está desenhando programas e anunciaremos em momento oportuno”, disse o secretário da pasta do MEC, Carlos Nadalim.

Segundo Weintraub, uma das primeiras medidas para pôr em prática o PNA será anunciada no mês que vem e será relacionada à literacia familiar (conjunto de práticas e experiências relacionadas com a linguagem, a leitura e a escrita, as quais a criança vivencia com seus pais ou cuidadores). O ministro não detalhou o que será feito pelo governo, mas adiantou, que pais e responsáveis receberão capacitação para ajudar na alfabetização das crianças.

A literacia familiar consta no documento divulgado em agosto pelo MEC para detalhar a política. De acordo com o texto, o êxito das crianças na aprendizagem da leitura e da escrita está relacionada a experiências que têm no ambiente familiar, como leitura de histórias em voz alta pelos adultos, manuseio de lápis, contato com livros, entre outras. A intenção é implementar programas e ações para encorajarem pais e cuidadores e terem um papel mais ativo nesse aprendizado.

### Discussão

A PNA foi estabelecida por decreto publicado em abril deste ano. Entre outras coisas, prevê ajuda financeira e assistência técnica da União para os municípios que aderirem ao programa, a elaboração de materiais didático-pedagógicos para serem usados nas escolas e o aumento da participação das famílias no processo de





alfabetização dos estudantes. Prevê ainda a priorização da alfabetização no primeiro ano do ensino fundamental, ou seja, geralmente aos 6 anos de idade.

Presente na Conabe, o presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Luiz Miguel Martins Garcia, pondera que a PNA ainda precisa ser melhor discutida.

“É impossível pensar em políticas estruturais que aconteçam desgarradas de um planejamento de médio e longo prazo. Estamos em um processo de conhecer [a PNA]”, disse Garcia. “Nossa preocupação é como essa política chega no chão da escola, no município. A alfabetização está nas mãos dos municípios”, disse.

Garcia ressaltou ainda que é

importante que a PNA respeite outros dispositivos que já estão instituídos no país, como o Plano Nacional de Educação (PNE) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que estabelece o que deve ser ensinado a cada etapa da educação.

O presidente científico da Conabe, Renan Sargiani, disse que a PNA não pretende “reinventar a roda”, mas ser um “compromisso de política de estado que seja duradoura”. Segundo Nadalim, a adesão aos programas do MEC será voluntária: “Não vamos impor nada às redes”.

#### Relatório

A partir das discussões que começam nesta terça-feira, será elaborado o Relatório Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências. De acordo com

Nadalim, esse relatório servirá de fundamentação teórica para as ações da Secretaria de Alfabetização.

Doze especialistas serão responsáveis por consolidar o texto, de acordo com portaria do MEC, de agosto. Segundo o secretário, o relatório será lançado em abril de 2020.

A PNA, de acordo com o MEC, pretende melhorar o cenário da alfabetização no Brasil. De acordo com os últimos dados da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), aplicada em 2016, mais da metade dos estudantes do 3º ano do ensino fundamental apresentaram nível insuficiente de leitura e em matemática para a idade, ou seja, dificuldade em interpretar um texto e fazer contas.